



Recebido em 23.06.98

[Handwritten signature]

Estado do Ceará

Prefeitura Municipal de Altaneira

LEI Nº 314/98

DE 23 DE JUNHO DE 1998

EMENTA - DISPOE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTANEIRA, ESTADO DO CEARA FAÇO SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI;

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no ART. 165, & 2, da Constituição Federal, as Diretrizes orçamentárias do Município para o Exercício Financeiro de de 1999.

Art. 2º - As prioridades e metas para o exercício de 1999, são aquelas preconizadas no Plano Plurianual, as quais terão precedência na alocação de recursos, não se constituindo em limite à programação das despesas.

Art. 3º - O Projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo, será constituído de:

- I - texto da lei;
- II - consolidação dos quadros orçamentários;
- III - quadro demonstrativo da receita;
- IV - quadro discriminado das dotações por órgãos de Governo e da administração;
- V - quadro discriminado por programa de trabalho de cada unidade.

Art. 4º - As despesas com o pagamento de Precatórios Judiciais correrão à conta de dotações consignadas com



Estado do Ceará

Prefeitura Municipal de Altaneira

esta finalidade em subatividades específicas, nas programações a cargo das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Parágrafo Único - Os recursos alocados na Lei Orçamentária com a destinação prevista neste artigo, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

Art. 5º - É vedada a inclusão de dotações a título de auxílios para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos.

Art. 6º - A proposta orçamentária para 1999:

- I - poderá prever recursos para a implantação do programa de Garantia de Renda Mínima, alocados em subatividades específicas;
- II - consignará recursos para o Fundo da Criança e o Adolescente, em atendimento ao disposto no Art. 203 da Constituição Federal.

Art. 7º - No Exercício Financeiro de 1999, as despesas com pessoal ativo e inativo, observarão o limite estabelecido na Lei Complementar Nº 82, de 27 de Março de 1995.

Art. 8º - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa no âmbito dos sistemas de orçamento programação financeira e contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.



Estado do Ceará

Prefeitura Municipal de Altaneira

Art. 9º - As transferências para entidades privadas sem fins lucrativos que firmarem contrato de gestão com a Administração Pública Municipal poderão ser agrupadas em dotações orçamentárias de uma única categoria de programação, na forma de subprojeto ou subatividades, aberto por grupos de despesa.

Art. 10º - O Poder executivo poderá assinar convênios com outras esferas de Governo, inclusive, entidades e organismos privados, para atendimento de serviços básicos e conjugação de esforços, visando uma melhor prestação de serviços à comunidade.

Art. 11º - o Orçamento anual, obedecerá a estrutura organizacional devidamente aprovada pelo Legislativo e terá seus controles realizados com base na Lei Nº 4320/64, com método das Partidas Dobradas na forma do Artigo 86 da referida Lei.

Art. 12º - O Município poderá efetuar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, de um órgão para outro ou de um elemento de despesa para outro, dentro da execução orçamentária.

Art. 13º - A despesa deverá ser identificada através de programa, subprograma, projetos e atividades.

Art. 14º - A proposta orçamentária deverá ser encaminhada a Câmara Municipal, até o dia 1º de Novembro de 1998.



Estado do Ceará

Prefeitura Municipal de Altaneira

Art. 15º - O Orçamento poderá ser suplementado até 30% do valor global estimado para 1999.

Art. 16º - As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivo grupo de despesa, fonte de recurso, modalidade de aplicação e identificador de uso, especificando o elemento da despesa.

Art. 17º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação, Revogadas as Disposições em Contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Altaneira, Estado do Ceará, em 23 de Junho de 1.998.

JOÃO IVAN ALCANTARA

PREFEITO MUNICIPAL



Estado do Ceará

Recebido em 23.06.98.

Altaneira

Prefeitura Municipal de Altaneira

OFICIO Nº 017/98

ALTANEIRA(CE), 23 DE JUNHO DE 1998

DD: JOAO IVAN ALCANTARA

PREFEITO MUNICIPAL

A. EXMO. VER. MARIA DAMARES ARRAIS

PRESIDENTE DA CAMARA

Estimada Presidente,

Sirvo-me do Presente, para encaminhar a V.Exa; a LEI Nº 314/98, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária e dá outras providências.

Agradecemos o desfecho positivo e aproveitamos o ensejo para manifestar elevadas considerações. Subscrevo.

Atenciosamente,

João Ivan Alcantara

JOAO IVAN ALCANTARA

PREFEITO MUNICIPAL